

## **PAR (PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS) O DESENVOLVIMENTO DENTRO DA ESCOLA: COMO FUNCIONAM POLÍTICAS EDUCACIONAIS<sup>1</sup>**

**Jeanne Karine Barros Rodrigues (1)**

Discente do curso de Pedagogia da UFMA, Campus VII, Codó

jeannekarinebr@gmail.com

**Raimunda Nonata dos Santos Ferreira (1)**

Discente do curso de Pedagogia da UFMA, Campus VII, Codó

Membro do Grupo de Investigação do Ensino de Língua Portuguesa – GIELP

raymunda.ferreiraa@gmail.com

**Kelly Almeida de Oliveira (3)**

Docente do curso de Pedagogia da UFMA, Campus VII, Codó

Pedagoga e Mestre em Cultura e Sociedade (UFMA)

kell.oli@hotmail.com; ka.oliveira@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

### **RESUMO**

O artigo analisa o funcionamento do Plano de Ações Articulada (PAR) desenvolvido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação que é uma ferramenta de planejamento, de operacionalização e de avaliação das políticas educacionais, criada dentro dos moldes de um Estado federativo, o planejamento educacional é centralizado pelo Ministério da educação, que oferecendo apoio técnico e financeiro, induz os entes federados a assumirem responsabilidades na gestão da educação, visando melhoria na área educacional. Para analisar as possíveis melhorias, e o que o programa trouxe para as escolas e a comunidade, foi elaborada uma entrevista com a diretora de uma das escolas de Codó-Ma, a Escola Municipal São Francisco, para verificar o funcionamento e os resultados do PAR dentro da própria e na comunidade atendida pela mesma. Teve-se um bom proveito da entrevista, pois foi exposto o real funcionamento do programa e quais suas contribuições para a escola e seus alunos.

**Palavras-chaves:** Ensino; Plano de Ações Articuladas; Escola São Francisco.

### **1 INTRODUÇÃO**

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) em abril de 2007, colocou à disposição dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e inclusão de políticas, visando à melhoria da qualidade da

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado para obtenção de nota para a disciplina de Política Educacional, ministrada pela Professora Ma. Kelly Almeida de Oliveira no Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão, Campus VII – Codó/MA.

educação, sobretudo da educação básica pública do país (BRASIL, 2007). Por ser uma das políticas educacionais desenvolvida para a melhoria da educação, justamente por estar em uso dentro da escola, e trazer benefícios, tanto para os professores que buscam garantir uma aprendizagem melhor, quanto para os alunos que precisam de uma melhor qualidade de ensino. Através desta pesquisa ver quais resultados trouxe para escola a partir das atividades ofertadas pelo programa. Pretende-se, portanto, no município de Codó-MA, analisar como funciona o PAR dentro da escola Municipal São Francisco; identificar as estratégias, os processos e as práticas que permeiam sua elaboração; expor as consequências de sua implantação na organização da rede de ensino e na gestão democrática das escolas pública e analisar o impacto do apoio do MEC na construção do regime de colaboração e na qualidade da educação ofertada no município.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, programa estratégico do PDE, instituído pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federados sem autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas e efetivas, partilhar jurisdições políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica nas escolas as quais o PAR é inserido.

A partir da adesão, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal passaram à elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR). A partir de 2011, os entes federados poderão fazer um novo diagnóstico da situação educacional local e elaborar o planejamento para uma nova etapa (2011 a 2014), com base no Índice da Educação Básica (Ideb) dos últimos anos (2005, 2007 e 2009) (BRASIL, 2009).

Segundo Ferreira e Fonseca (2013) o Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma ferramenta de planejamento para as Secretarias de Educação municipais e estaduais brasileiras, de operacionalidade e de avaliação das políticas educacionais. O planejamento educacional é centralizado pelo Ministério da Educação, que, oferecendo apoio técnico e financeiro, induz os entes federados a assumirem responsabilidades na gestão da educação. Os municípios e os estados avaliam seus problemas na rede de ensino e relatam ao MEC disponibilizando assessoria técnica e recursos para implementação de mudanças.

De acordo com as autoras Silva e Moreira (2012, p. 2), no governo Lula, houve uma preocupação com a educação das escolas públicas, com o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento da Educação e o governo:

Para tanto, neste contexto, torna-se importante, entender que no segundo mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) houve uma focalização nas ações desencadeadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem sido considerado um marco fundamental para definição e condução das políticas educacionais no país. O PDE configurou como um esforço coletivo do governo, desempenhado pelo Ministério da Educação, como atividade estratégica. Definido como um a articulação de um conjunto de ações e programas, com capacidade para abranger todas as modalidades e níveis de ensino público, visando construir uma prática governamental integrada e articulada, sustentada por uma visão sistêmica e de longo prazo da educação.

Assim, a partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos Municípios, Estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao PDE - Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do PAR — instrumentos que são fundamentais para a melhoria do IDEB (BRASIL, 2016).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre políticas educacionais tomando como referência o PAR. Como primeira etapa da pesquisa de campo, elaboraram-se de cinco questões, as quais foram usadas na entrevista com a Francisca Basílio da Silva, atual diretora da Escola Municipal São Francisco. Entrevistada sobre o PAR dentro da escola e sobre suas contribuições para a escola e comunidade.

A instituição onde ocorreu a análise por meio da entrevista foi a Escola Municipal São Francisco, situada à Rua Pernambuco, bairro São Francisco, Codó-Ma. Atendendo a uma demanda de duzentos e cinquenta e nove alunos nos turnos, matutino, vespertino e noturno. A escola dispõe de um quadro de quatorze professores para atender em três turnos. Possui quatro salas para as aulas normais e uma para o Mais Educação, somente duas turmas do EJA funcionam no período da noite, a escola passou por uma reforma e se concretizou em 2014, agora dispõe de quatro banheiros (dois adaptados para os alunos com necessidades especiais) e dois convencionais para os demais alunos. Conta, também, com duas assistentes administrativas: Janete Figueiro e Edna Silva e Santos; e, uma diretora Francisca Basílio da Silva, há sete anos na direção da escola, uma coordenadora

pedagógica: Francisca Maria Gomes da Silva. No tocante à zeladoria, a instituição tem cinco funcionários, além de dois vigias, cada um com turno de 24h.

A seguir, apresentam-se as questões da entrevista realizada com suas respectivas respostas, fornecidas pela atual gestora da escola. A primeira delas, indaga: *Como funciona o PAR na Escola São Francisco?*

Por que esse par ele é único da secretaria de educação, nós recebemos orientações da secretaria de educação, então, resolvemos os assuntos de acordo com as orientações. Quanto à aprendizagem a gente recebe orientações, então, passamos a ver os resultados, sobre planejamento e projetos (Informação verbal)<sup>2</sup>.

A diretora procurou deixar tudo bem claro sobre o funcionamento dos programas dentro da escola. Aproveitando dessa possibilidade perguntamos se o jornal exposto na parede faz parte do PAR: *E o jornal que a escola confecciona é parte do programa também?* A mesma confirma que sim, pois faz parte do programa Mais Educação. Sendo, o PAR articulado com o PDDE, que dentro dos programas educacionais ofertado para escola. Ou seja, o jornal é uma escolha que a escola fez como atividade a ser desenvolvida pelos alunos dentro da escola, com a ajuda dos professores. As notícias são de dentro da escola, das atividades desenvolvidas pelos alunos e professores, havendo também um espaço para os alunos menores exporem desenho feito por eles mesmos. Assim sendo, prosseguiu-se a pergunta posterior: *Quanto tempo dura e quantas vezes a escola recebe essas orientações?*

É um recurso quem vem para trabalhar 10 meses por ano, uma vez por ano, isso chega então nós executamos através dos recursos, para cada atividade vem um valor para pagar os educadores sociais e o valor para trabalhar cada atividade (Informação verbal)<sup>3</sup>.

A diretora esclarece que o programa tem 10 meses de duração e só pode ser ofertado uma vez por ano. Isso se a escola tiver prestado conta no final de cada período, e assim terá a possibilidade de receber as orientações e escolher novas atividades para escola. Diante disso, viu-se a necessidade em questionar: *Quem é responsável pela fiscalização desses recursos e se realmente são investidos de acordo com as necessidades da escola?* Já de antemão, a diretora diz que a fiscalização, por parte dos pais de alunos e por professores e outros funcionários da escola, ocorre de maneira eficaz e organizada, buscando o máximo articular a participação dos pais de alunos dentro da escola junto com os professores.

<sup>2</sup>Fonte: Relatos da Entrevistada – Francisca Basílico da Silva, 2016.

<sup>3</sup>Fonte: Relatos da Entrevistada – Francisca Basílico da Silva, 2016.

E quanto às necessidades da escola, a diretora enfatiza que são muitas, mas, dando-se preferência para aquelas que são consideradas prioritárias. Como foi informado antes, a escola passou por uma reforma, que após o término, a escola passou a ter quatro banheiros, todos adaptados e uma sala para serem desenvolvidas as atividades do Programa Federal *Mais Educação*. Por isso, importa saber: *Esses representantes tanto dos pais e dos alunos é que vão garantir que tudo está sendo usado corretamente com as necessidades da escola?* Ela afirma que sim pois, eles realmente prestam conta de tudo que escola usar, extratos e notas fiscais de compras, e feita a verificação de tudo através das notas de compra.

Como foi falado anteriormente, se não houver a prestação de contas, não tem como a escola receber mais recursos para os anos seguintes, por isso, há uma necessidade de um controle de tudo o que vai ser utilizado, logo, subentende-se ter uma política de regimento e fiscalização minuciosa sob esses programas, da qual, questiona-se: *Então não vem um fiscal da secretaria de educação na escola?* Diante desta pergunta a diretora pensou um e respondeu, que durante toda sua gestão, como diretora, só havia no início quando ela assumiu que veio um fiscal lhe pedindo conta, sendo que também ele não pertencia a cidade, após esse acontecido ela alega não ter recebido nenhum tipo de fiscalização por parte da Secretaria ou do Ministério. Quanto à fiscalização, faz-se necessário um maior acompanhamento, afim de que haja uma averiguação dos recursos e as necessidades que a escola não consegue alcançar mesmo com os recursos do programa no caso, o *Mais Educação*, faltando a presença de um fiscal desvinculado da escola. O que instiga a refletir sobre *quais benefícios o PAR trouxe para escola?* Quanto ao fator *educação*, ela declara que, os programas têm colaborado de forma significativa dentro da escola com os alunos, pois eles sentiram-se voltado para a aprendizagem com mais interesse.

A diretora da escola ratifica que o PAR contribui bastante para o aprendizado das crianças, pois tem aquelas que gostam de jogar bola, e o *Mais Educação* possibilita através do PAR o seu funcionamento dentro da escola, há também as que gostam de dançar e desempenham outras atividades que a escola escolhe.

#### **4 CONCLUSÃO**

Com base nos dados analisados na presente pesquisa, foi possível apontar algumas considerações importantes sobre PAR na Escola Municipal São Francisco. Inicialmente, podemos observar que os dados apresentados pela diretora da escola, afirmar contribuição de forma

significativa na área educacional do município de Codó e para o desenvolvimento da Escola, mas que falta ainda um esforço colaborativo entre as esferas de poder em parceria com a comunidade local, no intuito de mudar a realidade educacional na região. Um fator apontado positivamente na execução do PAR refere-se à aproximação do Ministério da Educação com as secretarias municipais de educação, o que possibilitou maior interação entre os entes federativos, proporcionando estímulo e segurança aos municípios, com respeito à execução dos programas e planos do governo federal. Esse é um fato relevante, porque um dos princípios declarados na proposta do PAR é estabelecer um regime de colaboração com as redes de ensino, tendo a participação das famílias nas decisões políticas e nas ações técnico-pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Apresentação do PAR 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par>>. Acesso em 25/07/2016.

SILVA, L. C.; SILVA, H. M; MOREIRA, H. Plano De Ações Articuladas (Par) E A Formação Docente: desafios e implicações em redes e instituições de ensino na região do Triângulo Mineiro para a construção de uma educação inclusiva. In: **V Seminário Nacional de Educação Especial e IV Encontro de Pesquisadores em Educação Especial e Inclusão Escolar**. Uberlândia-MG, 2012. Disponível em:

<[http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarior/trabalhos/307\\_1\\_1.pdf](http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarior/trabalhos/307_1_1.pdf)>.

Acesso em: 01/08/2016.

FERREIRA, Eliza B; FONSECA, Marília. Plano de Ações Articuladas (PAR): Dados da Pesquisa em Rede. In: **Política e Planejamento Educacional no Brasil Do Século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 281-297.

BRASIL. **Decreto Presidencial n. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2007.